



América Latina: As nações de irradiação do futuro?

Desde o início da era das navegações e do comércio, os países do hemisfério Norte olham com interesse para os recursos e riquezas do Sul. A América Latina é um exemplo clássico. Milhões de hectares, antes usados pelos povos indígenas para produção agropecuária sustentável, são hoje utilizados para o cultivo de *cash crops* (culturas meramente comerciais, que não são de subsistência) para conglomerados multinacionais do setor alimentício, com o único objetivo de gerar lucro.

Institucionalizadas através dos séculos, as violências inflingidas ao povo, à cultura, e ao meio-ambiente da América Latina tendem a agravar-se se dirigentes empresariais e autoridades governamentais conseguirem adicionar a prática da irradiação à sua "caixa de ferramentas". Se, por um lado, a não adoção da irradiação pode eliminar a possibilidade dessa prática entre os produtores inseridos nos regimes de livre comércio, por outro, a implantação com sucesso não será uma alternativa viável para centenas de milhões de pessoas que lutam para manter sua independência econômica, e uma forma de vida saudável e equilibrada.

A irradiação em massa dos alimentos do mundo tornou-se um objetivo perseguido tanto por autoridades governamentais quanto por dirigentes de empresas multinacionais. A irradiação pode aumentar enormemente o tempo de prateleira dos alimentos e mascarar eventuais contaminações, criando condições mais propícias para o comércio internacional e aumentando o lucro das empresas produtoras de alimentos industrializados.

O alcance dessas metas é fomentado por parcerias entre órgãos tão díspares quanto a FAO (Organização das Nações Unidas para

Agricultura e Alimentação), a IAEA (Agência Internacional de Energia Atômica), e OMS (Organização Mundial da Saúde), que propõem o uso de tecnologia bélica de ponta para lidar com questões de segurança alimentar que, de resto, vêm sendo enfrentadas com sucesso pela humanidade desde o início dos tempos.

A chancela dessas instituições tem sido fundamental para conquistar, em nível internacional, um número cada vez maior de defensores deste processo que, além de ser potencialmente nocivo para os consumidores, é totalmente inadequado para enfrentar as

causas fundamentais de questões de segurança alimentar.

Com efeito, a difusão global do processo de irradiação só irá provocar um aumento da insegurança com relação aos alimentos no mundo inteiro, afastando a política agrícola ainda mais de uma prática sustentável e auto-suficiente, arruinando assim economias em desenvolvimento e diversos ecossistemas.

Embora pesquisas realizadas em todo o mundo tenham indicado que a irradiação de alimentos causa problemas sérios para a saúde e significativa perda de nutrientes, 50 países aprovaram a irradiação comercial de determinados tipos de alimento.

Mais grave ainda, organizações intergovernamentais fomentam o aumento da produção e comercialização internacional de alimentos irradiados. Em vez de alocar fundos e recursos de pesquisa para a investigação dos riscos à saúde, enormes quantidades de tempo e dinheiro são gastas com estudos de viabilidade e análises de mercado, em um esforço para conquistar a aceitação dos consumidores e incrementar as vendas.

Para alcançar esse objetivo, FAO, IAEA e OMS criaram o ICGFI (International Consultative Group on Food Irradiation), -para monitorar, subsidiar e promover iniciativas de irradiação alimentar ao redor do mundo.

Não é de surpreender que vários dos "experts" do ICGFI sejam representantes do setor nuclear ou tenham estreitos laços comerciais com o setor de irradiação de alimentos. O ICGFI conta, atualmente, com 46 países-membros, incluindo Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Cuba, Equador, México e Peru.

Há ainda outra ramificação da FAO e da OMS: a *Codex Alimentarius*, -pomposo nome com pretensa conotação científica, que designa simplesmente "código alimentar". A *Codex Alimentarius Commission* tem 177 países-membros, 31 deles na América Latina e Caribe.

A comissão *Codex*, cujo objetivo

declarado é estabelecer as normas e regulamentos na área da segurança alimentar mundial, definiu, em 1979, os padrões gerais para alimentos irradiados e usinas de irradiação. Esses padrões estabelecem que o nível máximo de irradiação para alimentos pode chegar à marca astronômica de 10 kilo Gray, apesar de diversos estudos terem mostrado os efeitos tóxicos de alimentos irradiados sobre cobaias e seres humanos.

Como se não bastasse o fato de a regulamentação internacional ser fundamentada em provas científicas insuficientes e contraditórias, considera-se agora a liberação do limite de dosagem de energia ionizante.

Comércio a Qualquer Preço

Mesmo enfatizando sempre o caráter científico da própria postura com relação à regulamentação da segurança alimentar, a *Codex Commission* tem o objetivo maior de agilizar o processo de harmonização das normas de segurança alimentar nacionais, a fim de fomentar o comércio internacional. Os Acordos Sobre Aplicação de Medidas Sanitárias e Assim, os países podem acabar obrigados a aceitar a comercialização de alimentos irradiados, sem levar em conta sua verdadeira posição a esse respeito, nem seu direito soberano de tomar medidas preventivas para proteger a saúde de sua população.

Além disso, o NAFTA (North American Free Trade Agreement) já produziu numerosos danos ao meio ambiente, economia, saúde e segurança públicas de países-membros. A liberalização e harmonização das leis sobre irradiação de alimentos, aliadas à dinâmica legal da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) provavelmente resultarão na exigência da aplicação de irradiação em larga escala em todo o continente americano por parte dos conglomerados do setor alimentício..

O aumento da comercialização mundial de alimentos irradiados levará a um

crescimento no nível de industrialização, com consolidação e globalização das indústrias produtoras de alimentos, e um foco exagerado nos produtos para exportação. Nos países em desenvolvimento, a agricultura continuará a ampliar monocultivos de *cash crops*, cuja produção poderá ser irradiada e logo enviada a um baixo custo para o mundo industrializado.

Da mesma maneira, os países industrializados aumentarão o despejo de alimentos irradiados sobre países em desenvolvimento, agravando ainda mais seu efeito pernicioso sobre a economia e a saúde da maioria da população do mundo.

A irradiação de alimentos em escala mundial ampliará o poder das empresas multinacionais, além de colocar em risco a viabilidade econômica das comunidades agrícolas locais, a sobrevivência de ecossistemas complexos, e a saúde das gerações futuras.

A tentativa da SureBeam Corporation, de San Diego, Califórnia, de expandir para além-mar seus negócios, é um exemplo clássico da globalização do setor de irradiação de alimentos. A SureBeam é uma subsidiária da Titan Corporation, a empresa contratada para desenvolver o escudo anti-mísseis norte-americano (tecnologia Guerra nas Estrelas). Já fechou acordos para construir extensas redes de irradiação na Arábia Saudita e no Brasil, está trabalhando com a Mitsubishi no Japão, e atualmente negocia acordos na Austrália.

Como se não bastasse, a SureBeam anunciou que está atualmente concentrando esforços na expansão de seus negócios de irradiação no Sudeste Asiático e na América Latina.

Sistemas de defesa sempre venderam muito bem no mercado global. Agora, empresas como a Titan procuram tirar proveito do "livre comércio" para açambarcar o mercado mundial emergente de alimentos irradiados.

Estudo de Caso: Brasil

Com um território vasto e um clima que comporta quatro estações de cultivo, o Brasil tem potencial para tornar-se o principal ponto de compras das empresas multinacionais do ramo alimentício. Tem um mercado de frutas e hortaliças de quase 39 milhões de quilos anuais, além de ser o terceiro maior produtor mundial de carne bovina e frango. O desenvolvimento da irradiação alimentar é fundamental para o alcance da meta brasileira de ampliar ainda mais seu mercado de exportação, já que poderia aumentar o tempo de prateleira de seus produtos agrícolas, enviando-os a baixo custo para os países do Norte, onde há uma grande demanda por frutas tropicais.

As leis brasileiras, paralelamente às transações comerciais, concorrem para fomentar o desenvolvimento do comércio de alimentos irradiados. O governo brasileiro aprovou a irradiação –com dose liberada e sob qualquer justificativa– de 117 tipos de alimentos, incluindo a categoria "qualquer alimento". Assim sendo, o Brasil é o país com o maior número de produtos aprovados para irradiação no mundo, além de ter as leis mais liberais com relação à dosagem.

Além do mais, a SureBeam, de San Diego, e a Tech Ion Industrial Brasil, de São Paulo, uniram forças para criar aquela que, asseveram, poderá vir a ser a maior e mais ampla rede de irradiação alimentar de todo o mundo. O Brasil já tem oito usinas de irradiação em funcionamento, e planeja mais 22, o que basta para transformá-lo naquilo que um alto funcionário do Departamento de Agricultura dos EUA descreve como "a cesta de frutas do mundo".

Lançando mão desse sistema, o Brasil ficaria capacitado para irradiar em torno de 2,7 bilhões de quilos de alimentos ao ano. Isso justifica o comentário do funcionário do USDA (Departamento de Agricultura dos EUA), de que o comércio mundial, na forma como é concebido pelo órgãos internacionais e as empresas multinacionais, seria "impossível" sem a irradiação de alimentos.

Tal expansão do setor de irradiação de alimentos prejudicará o desenvolvimento agrícola sustentável do Brasil e a situação econômica de seus agricultores, sem falar no meio-ambiente, representando, graças à exportação em larga escala de alimentos irradiados, riscos de saúde para uma maior porcentagem da população mundial.

Com a produção e comércio de alimentos concentradas nas mãos de algumas poucas

e poderosas instituições transnacionais, os agricultores brasileiros não tirarão nenhum proveito financeiro da disseminação da irradiação alimentar. Mais ainda, o mesmo tipo de efeito desastroso para a economia local e o desenvolvimento sustentável recairá sobre outros países latino-americanos caso a irradiação alimentar continue sua curva ascendente.

Um olhar sobre o mundo

Situação Atual da Irradiação Alimentar em Países Latino-Americanos

Argentina... Possui três usinas de irradiação, localizadas em Buenos Aires e Salta, e aprova a irradiação para 13 tipos de alimento. O país começou a irradiar alimentos em 1970.

Brasil... Atualmente tem oito usinas de irradiação e outras 22 em fase de projeto ou construção. Qualquer alimento pode ser irradiado no Brasil, sem limite de dosagem máxima. O país começou a irradiar alimentos em 1985.

Chile... Possui uma usina de irradiação em Santiago, e aprovação para vinte alimentos. O país começou a irradiar em 1983.

Costa Rica... Tem aprovação para 18 categorias de alimentos.

Cuba... Tem uma usina de irradiação em Havana e aprovação para 18 tipos de alimentos. Começou a irradiação alimentar em 1987.

Equador... É membro do ICGFI desde 1989.

México... Tem três usinas e aprova a irradiação de 64 categorias de alimentos. O país irradia alimentos desde 1988.

Peru... Abriu uma usina de irradiação de alimentos em Lima, em 1996, que irradia especiarias, conservantes e ração animal.

Uruguai... Aprova a irradiação de batatas desde 1970.

Fontes

ICGFI – www.iaea.or.at/icgfi

Codex Alimentarius Commission – www.codexalimentarius.net

Titan Corporation – www.titan.com

Tech Ion Industrial Brasil – www.techion.com/br

World Trade Organization – www.wto.org



Para mais informações Contate- nos:

202-546-4996 ♦ cmep@citizen.org

www.citizen.org/cmep/